

## Tecnologia e pós-capitalismo segundo Morozov<sup>1</sup>

Apresenta-se abaixo uma continuação da crítica de Morozov a Benanav. Note-se que este blogue publicou vários artigos sobre essa controvérsia. Eis algumas traduções de partes do artigo original de Benanav: uma [primeira](#), uma [segunda](#) e uma [terceira](#). A crítica inicial de Morozov pode ser encontrada [neste artigo](#). A resposta de Aaron Benanav também pode ser [encontrada aqui](#).

*Evgeny Morozov<sup>2</sup>*

Aaron Benanav publicou sua réplica<sup>3</sup> – e que documento curioso é esse. Ele me acusa de interpretar mal seus argumentos, de interpretações tão flagrantemente erradas, tão estupidamente obtusas, que seria de esperar que apresentasse provas cabais com o prazer de um promotor. Infelizmente, a arma fumegante permanece no coldre. As interpretações equivocadas que Benanav conjura são, de fato, espetaculares; só não são minhas. Minhas acusações reais permanecem intocadas, como aperitivos que ninguém se lembrou de servir.

Já que Benanav prefere a paráfrase à citação, permita-me fazer o trabalho pesado por nós dois. Eis o que eu realmente escrevi<sup>4</sup> sobre o suposto cerne de sua queixa, a plasticidade dos valores em seu sistema:

“Benanav insiste que os valores não são fixos. Baseando-se no polímata austríaco Otto Neurath, no filósofo pragmatista americano John Dewey e em outros, ele argumenta que as prioridades evoluem através do conflito, da aprendizagem e da experiência. Os planos devem ser revisados, os critérios ajustados e as instituições reconstruídas à luz do que acontece. O socialismo, em sua formulação, é inerentemente experimental.”

Benanav, por algum feito de alquimia hermenêutica, transforma isso em seu oposto. Tendo construído um espantalho de dimensões convenientes, ele prossegue espancando-o com vigor. Daí sua queixa: “Morozov caracteriza erroneamente o meu quadro como exigindo que a sociedade determine os seus valores antecipadamente, lhes atribua pesos e depois os aplique administrativamente para governar a vida econômica.”

Esfregam-se os olhos. É isso que estou dizendo quando lhe atribuo o mérito de “ênfatar que os valores evoluem”? Quando escrevo que “Benanav espera que a composição multicriterial – a reponderação contínua de eficiência, ecologia, cuidado, tempo livre – geraria o tipo de capacidade de resposta dinâmica que faltava às formas mais antigas de socialismo”? Estou interpretando mal a predileção de Benanav pela musculação socialista quando seus dois ensaios

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: <https://www.theideasletter.org/essay/socialism-after-ai/>. Traduzido por Manoel Dourado Bastos. Publicado em português no Blog da Editora Boitempo com o título Tábua de Frios Socialista.

<sup>2</sup> Fundador e editor do *The Syllabus*. É autor de *The Net Delusion* e *To Save Everything, Click Here*.

<sup>3</sup> <https://blogdaboitempo.com.br/2026/04/02/uma-real-economia-politica-da-tecnologia-replica-a-morozov-2/>

<sup>4</sup> <https://blogdaboitempo.com.br/2026/03/23/socialismo-apos-a-ia/>

na *New Left Review* evocam a necessidade de “pesar os ganhos de eficiência potenciais juntamente com outros valores”, de “pesar múltiplos objetivos incomensuráveis”, de “pesar prioridades legítimas, mas muitas vezes incompatíveis”, e de “pesar [critérios] uns contra os outros”?

Sou até acusado de reinterpretar seu quadro, “concebido para organizar o conflito sobre o investimento”, como “um sistema de fechamento administrativo que disciplinaria prematuramente a experimentação”. A audácia! Exceto pelo fato de que também chamo seu socialismo de “inerentemente experimental”, construído sobre o conflito, prosperando na revisão. É difícil interpretar mal um homem exatamente como ele alega quando as próprias frases da gente insistem em atrapalhar.

Grande parte da defesa de Benanav repousa sobre uma afirmação que parece razoável o suficiente: os valores não simplesmente caem de paraquedas nos Conselhos de Investimento, vindos de alguma estratosfera normativa. Eles são, ele agora nos assegura, “clarificados, contestados e recompostos ao longo do tempo, à medida que as sociedades agem, confrontam consequências e revêem seus compromissos à luz do que essas ações revelam ou transformam”. Assente-se balançando a cabeça – até perceber que essa sofisticação recém-cunhada está amplamente ausente dos ensaios originais.

Para ser justo, aqueles ensaios contêm gestos esparsos em direção ao dinamismo: “Valores não são insumos fixos ao sistema”, escreve Benanav em seu primeiro texto na NLR. “Eles entram na argumentação, tomam forma por meio da seleção e são redefinidos pela acumulação de decisões.” Mas como? Por meio de que mecanismo “a acumulação de decisões” redefine valores? Disso não ouvimos nada. A afirmação flutua livre de qualquer maquinaria sociológica – nem mesmo o mais suave zumbido parsoniano: nenhuma teoria da ação, nenhum relato de como reconciliar sistema e agência, nenhuma discussão sobre ideologia. Apenas Conselhos de Investimento de um lado, deliberando e executando alocações, e um Setor Livre do outro, incubando valores.

A crueza na distribuição de trabalho entre os dois não é minha interpretação arbitrária. Eis Benanav em seu segundo ensaio na NLR<sup>5</sup>: diferentemente dos Conselhos de Investimento, “que alocam recursos com base em prioridades sociais avaliadas, o Setor Livre é governado por um princípio diferente: o direito de indivíduos e grupos explorarem e desenvolverem ideias, movimentos e instituições sem precisar se justificar antecipadamente”. No mesmo ensaio: “as Associações Livres servem não apenas como portadoras de valor, mas como criadoras de valor.” A arquitetura é clara: os valores nascem predominantemente (mas, aparentemente, não exclusivamente) no Setor Livre, depois são enviados rio abaixo para os Conselhos de Investimento para deliberação e implementação. E, no entanto – curiosamente, suspeitamente –, tanto o Setor Livre quanto as Associações Livres desaparecem da elaborada resposta de Benanav. A sala de máquinas de todo o seu sistema – e ele negligencia mencioná-la.

---

<sup>5</sup> <https://newleftreview.org/issues/ii154/articles/aaron-benanav-beyond-capitalism-2>

Mesmo a linguagem que aparece nesses ensaios revela um modelo passivo e revelatório, em vez de transformativo. “Os valores sociais”, escreve Benanav, “emergem dinamicamente por meio do padrão de investimentos ao longo do tempo, revelando quais prioridades os Conselhos de Investimento – e o público mais amplo – consideram mais importantes.” Revelando – não gerando, não transformando, não constituindo. O verbo faz o trabalho silencioso de um arcabouço de preferências reveladas (*revealed-preference framework*) vestido com roupagem socialista: os valores pré-existem; as decisões meramente os revelam.

Noutro lugar, Benanav especifica a direção da causalidade com clareza infeliz: “Os valores moldam os resultados econômicos dinamicamente, por meio das decisões que as pessoas tomam.” Os valores moldam os resultados – mas os resultados moldam os valores? De um fluxo reverso, da produção de volta ao Setor Livre, da prática material à transformação normativa, os ensaios não oferecem relato algum. “A vida democrática no Setor Livre assegura que a sociedade está sempre aberta à contestação interna, aprendizagem coletiva e renovação política” – porém, essa influência corre em direção à política, não de volta da economia funcional. O duto não tem válvula de retorno.

Os Conselhos de Investimento, escreve ele num dos dois ensaios originais, “permitem que outros valores sejam mobilizados (*brought to bear*) para moldar o processo de produção”. Mobilizados – como se traz uma ferramenta para uma tarefa, um instrumento externo aplicado a material inerte. Mas e os valores descobertos na produção? Emergem dela? As empresas de Benanav podem “aprender umas com as outras” sobre quais contrapartidas (*trade-offs*) funcionam – mas isso é atualização empírica, não transformação de valor. Elas navegam entre valores já no cardápio; não cozinham novos pratos. A omissão não é um deslize – é estrutural. Ao apostar em empresas concorrentes como os veículos da libertação socialista, Benanav contrabandeia a eficiência de volta pela porta dos fundos. O único critério capitalista que importa, chegando sem passaporte. Voltarei a este ponto, pois é o alçapão pelo qual todo o seu arcabouço cai de volta no imaginário capitalista do qual alega escapar.

E, para que ninguém suspeite que impus uma rigidez artificial ao pluralismo de valores de Benanav – eficiência, ecologia, cuidado, tempo livre, alinhados como itens numa tábua de frios socialista –, deixe-me ser claro: este é o menu dele, não o meu. “Perseguir a sustentabilidade ecológica pode custar padrões de vida ou produção de alimentos; priorizar o cuidado pode reduzir ganhos de eficiência.” Estou apenas lendo a lista em voz alta.

O restante da resposta de Benanav exhibe uma coreografia evasiva que é familiar: evitar as grandes questões, plantar a bandeira nas pequenas, declarar vitória. Cinco parágrafos – cinco! – são dedicados a demolir a afirmação de que os Conselhos de Investimento “operariam como uma restrição processual excessiva sobre a inovação”. A demolição é completa, até impressionante. Há apenas um problema: eu nunca fiz essa afirmação. Eis o que realmente escrevi:

“Agora imagine um futuro em que um Conselho de Investimento multicriterial, sob pressão para evitar viés e desinformação, determine que os sistemas de IA sejam justos de acordo com métricas acordadas, respeitem a

privacidade, minimizem o uso de energia e promovam o bem-estar. Chame isso de IA *woke* por mandato democrático — uma infraestrutura cujos resultados são corretos, diversos e equilibrados. No entanto, ela ainda parece ter sido projetada acima de nossas cabeças.”

O ponto não é sobre inovação. O ponto é sobre alienação – o calafrio fenomenológico que se instala quando valores, por mais nobres que sejam, chegam pré-embalados de comitês distantes. À medida que migram do Setor Livre para o Conselho de Investimento, para a empresa, para o usuário, algo se esvai. Chame de legitimidade; chame de pertencimento; chame de diferença entre um valor pelo qual você lutou e um carimbado na sua testa ao final de uma longa esteira institucional.

Benanav perde isso completamente. Tendo fabricado um alvo mais conveniente, ele parte para a corrida de jargões – “blitzscaling” aqui, “merdificação” ali, um passeio agradável pelas patologias das plataformas. Enquanto isso, a objeção central permanece sem atenção: quanto mais longa a cadeia da criação de valor à vivência do valor, mais tênue o fio de significado que as conecta.

As interpretações equivocadas não cessam. Benanav chega a alegar que eu coloco “a experimentação local e o controle coletivo como princípios opostos”. Eis o que realmente escrevi: “O ponto não é que estes exemplos sejam a resposta, mas que um socialismo digno da IA institucionalizaria a capacidade de tentar tais arranjos, habitá-los e modificá-los ou abandoná-los – e em escala, com recursos reais.” *Institucionalizar. Em escala. Com recursos reais.* Noutro lugar do ensaio, defendo que a tarefa da esquerda deveria ser “construir instituições que tratem a existência coletiva como um campo de luta e experimento”. Coletiva. Experimento. Aparentemente, todas essas frases eram um sinal fraco demais, um código críptico demais. A dicotomia local versus coletivo que Benanav me atribui é, como muita coisa em sua resposta, um fantasma de sua própria conjuração.

Antes de esclarecer o que meu ensaio original realmente pretendia, deixe-me corrigir o manejo que Benanav faz da cibernética. Seu desconhecimento desse terreno intelectual é evidente: “A cibernética é uma teoria de sistemas que detecta desvios e restaura a coerência em resposta a perturbações. Mesmo nas formulações mais sofisticadas de Stafford Beer, a preocupação central não é a inovação, mas a viabilidade: manter a identidade de um sistema sob condições mutáveis... Como programa de pesquisa, a cibernética também está há muito esgotada.”

Odeia-se perturbar tanta certeza serena, mas o cânone cibernético também inclui obras que celebram “sistemas amplificadores de desvio”<sup>6</sup> e “heterogenética”<sup>7</sup> – não exatamente a defesa conservadora de condições de equilíbrio que ele sugere.

---

<sup>6</sup> MARUYAMA, Magoroh. A segunda Cibernética: um processo causal mútuo amplificador de desvio. BIRNBAUM, P; CHAZEL, F. Teoria sociológica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977.

<sup>7</sup> MARUYAMA, Magoroh. Heterogenistics and morphogenetics: Toward a new concept of the scientific. Theory and Society, v. 5, n. 1, p. 75-96, 1978. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/BF01880861.pdf>

Sem mencionar que um dos pais fundadores da cibernética — Warren McCulloch<sup>8</sup> — foi coautor do artigo seminal sobre redes neurais, pedra angular dos grandes modelos de linguagem (LLMs) de hoje. Talvez todos aqueles cientistas de IA admiradores de McCulloch estejam labutando em feliz negação de quão esgotado Benanav considera seu paradigma.

Quanto a Beer: sua obsessão nunca foi a viabilidade como mera sobrevivência, a persistência monótona de um sistema que simplesmente se recusa a morrer. Era uma viabilidade inquieta, que se inventa a si mesma, capaz de absorver a variedade sempre proliferante do mundo moderno e transformar a si mesma no encontro — de tal maneira que, citando o próprio Beer<sup>9</sup>, o sistema se tornasse “capaz de se adaptar suavemente a mudanças imprevistas”. Beer, ironicamente, teria reconhecido uma alma gêmea no próprio herói de Benanav, Otto Neurath, do barco perpetuamente reconstruído no mar<sup>10</sup>. Por tudo o que sabemos, poderia até ter admirado um socialista contemporâneo que acaba de escrever um ensaio defendendo “estabilidade macroeconômica permanente” como a conquista máxima do socialismo (a identidade desse pensador deixo como exercício ao leitor).

Por último, meu próprio engajamento com os projetos tecnológicos da América Latina do início dos anos 1970 foi impulsionado por um desejo de resgatar essa história das garras empoeiradas de historiadores e sociólogos da tecnologia — para plantá-la onde ela pertence, nos debates<sup>11</sup> sobre autonomia tecnológica que animaram a teoria da dependência. Se Benanav tivesse erguido o olhar das notas de rodapé do Norte Global, poderia ter notado que algo semelhante à peça central de seu sistema, a Matriz de Dados, foi proposto — e parcialmente implementado — sob o nome de “experimentação numérica”<sup>1213</sup> na Venezuela, Argentina e Peru, há meio século. É o que resta da suposta esterilidade dos programas de pesquisa alternativos. As sementes foram plantadas muito antes de Benanav pensar em reivindicar a colheita.

Meu ensaio original colocou três perguntas que a IA generativa arrastou, esperneando, para os holofotes socialistas — questões de estratégia e desejo, não de encanamento institucional:

a) O socialismo pode oferecer uma maneira melhor de conviver com a IA generativa do que o capitalismo?

b) Pode proporcionar uma forma de vida que valha a pena ser desejada, em vez de uma parcela mais justa daquilo que o capital já construiu?

---

<sup>8</sup> ABRAHAM, Tara. Rebel genius: Warren S. McCulloch's transdisciplinary life in science. Cambridge/MA (EUA): MIT Press, 2016.

<sup>9</sup> [https://yersizseyley.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/10/beer\\_stafford\\_designing\\_freedom.pdf](https://yersizseyley.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/10/beer_stafford_designing_freedom.pdf)

<sup>10</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/Neurath's\\_boat](https://en.wikipedia.org/wiki/Neurath's_boat)

<sup>11</sup> <https://jacobin.com.br/2023/09/as-licoas-da-luta-chilena-contra-as-big-techs/>

<sup>12</sup> <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/b.9780631216339.1999.00004.x>

<sup>13</sup> <https://www.modernismolatinoamericano.org/proyectos-nacionales-planteo-y-estudios-de-viabilidad/>

c) O que seria necessário para transformar a imaginação macro institucional de maneira que o socialismo apareça como uma alternativa sistêmica e abrangente – e não como um ajuste processual aplicado ao dinamismo capitalista?

Estas não são perguntas decorativas. Se o socialismo algum dia vai vencer o capitalismo – nas urnas ou nas barricadas –, ele precisa competir no terreno onde o capitalismo agora colhe sua legitimidade mais profunda: a promessa de agência expandida, criatividade intensificada, poderes de criação de mundos distribuídos (por mais desigual e cinicamente que seja) na textura da vida cotidiana.

Esta é a infraestrutura tecnossolucionista que sustenta o capitalismo não como sistema econômico, mas como forma de vida e religião. As velhas disputas da Guerra Fria sobre alocação – mercado ou planificação, qual calcula melhor? – desapareceram como peças de época, relíquias pitorescas de uma era em que a legitimidade ainda trafegava com alegações de eficiência. A liturgia capitalista de hoje funciona com outro combustível. É por isso que a visão de Leif Weatherby<sup>14</sup> sobre CEOs serem substituídos por algoritmos me parece ficção científica da mais pura cepa: acreditarei nisso quando um sistema de IA convencer os governantes da Arábia Saudita a lhe dar um cheque de um bilhão de dólares. Os CEOs da OpenAI e da Anthropic conseguem essas assinaturas porque estão no negócio da narrativa, ideologia, mitologia e fabricação de significado; gestão é a coisa menos consequente que um CEO moderno realmente faz. (Caso contrário, estou sempre feliz em ser instruído sobre as realidades do capitalismo contemporâneo por um estudioso bem versado em idealismo alemão, romantismo e teoria da mídia!)

Benanav parece alegremente inconsciente de tudo isso, reencenando animadamente o Debate sobre o Cálculo Socialista dos anos 1930 como se todos ainda tivéssemos muito a aprender com a breve experiência da República Soviética da Baviera (o contexto para as intervenções originais de Neurath sobre o assunto). Ele se orgulha de reconciliar Marx e Keynes – uma conquista diplomática, sem dúvida. (Eu, em contraste, acho que a verdadeira tarefa da esquerda é reconciliar Marx com Marx, aprofundando seus laços com Hegel; mas isso é outro ensaio.) Esta orientação nostálgica explica por que o próprio questionário de Benanav é organizado em torno do problema de como alocar recursos escassos entre usos concorrentes sob restrição ecológica – o socialismo-como-conselho-de-acionamento que assombrava os pesadelos de Hayek, agora rebatizado como visão.

E ele responde com muitas páginas de *design* intrincado: Conselhos de Investimento, matrizes, critérios, contrapartidas – um terrário institucional de complexidade requintada. Acompanhado, no entanto, por um silêncio impressionante sobre estratégia política. Como qualquer coisa disso se torna plausível? Contestável? Amável? Vencível? O mecanismo prático de transição para em algum lugar entre a gestão do apocalipse e uma ruptura não especificada – um *deus ex machina* que nunca desce das vigas. Essa omissão não é incidental; é diagnóstica. Um quadro que não pode dizer como geraria legitimidade e apelo

---

<sup>14</sup> <https://www.theideasletter.org/essay/automate-the-c-suite/>

ideológico não é realista. É ficção científica institucional, com a política – além de todo o aceno de mãos sobre “conflito” – apagada.

Mas não se desespere: com tanto para examinar, ainda podemos extrapolar a posição de Benanav sobre minhas três perguntas. Sobre as duas primeiras – vida melhor com IA e uma forma de vida que vale a pena desejar –, ele oferece não respostas, mas arquitetura. Seus ensaios são notavelmente silenciosos sobre o que torna esse socialismo desejável, que formas de florescimento ele permite, pelo que alguém lutaria. A única força motivadora discernível no texto é negativa: colapso ecológico, limites de recursos, o fim do crescimento. Retire a maquinaria processual e o que resta é uma aposta: que a catástrofe climática tornará as questões positivas desnecessárias, fazendo todo o trabalho ideológico sujo por ele. Isso é um tiro no escuro. Pior: é uma rendição. Cede o terreno da imaginação tecnológica para os Thiels e Musks do mundo, cujo modelo de negócios inteiro é transformar restrição em mito e contabilidade em destino.

Falando vulgarmente: quando confrontadas com a escolha entre colonizar Marte e deliberar sobre se devemos apagar as luzes do banheiro ou da sala de estar, suspeito que a maioria das pessoas escolherá ir a Marte. Não porque sejam tolas, mas porque essa visão promete novos mundos e capacidades expandidas, enquanto a outra promete uma série interminável de reuniões sobre como dividir o bolo que não para de diminuir. Oscar Wilde poderia muito bem estar redigindo o epitáfio para a economia multicriterial de Benanav quando proclamou que “o problema do socialismo é que ele ocupa muitas noites”. O socialismo de Benanav não apenas ocupa as noites; ele as transforma num seminário permanente sobre limites termodinâmicos.

É aqui que sua réplica revela mais do que pretende. Benanav trata meu apelo à “criação de mundos” como uma intoxicação romântica pela novidade, o suspiro de olhos estrelados de um homem seduzido por objetos brilhantes. Porém, criação de mundos nunca foi uma ode às traquitanas. (Nem, aliás, foi um hino a Heidegger, como supõe Weatherby: menciono Heidegger exatamente uma vez, no contexto de afirmar que o socialismo precisa colocar sua própria “questão sobre a tecnologia”, e afirmo explicitamente que ele não subscreveria nada do que se seguiu. Uma menção a Heidegger não faz de alguém um heideggeriano. Minhas dívidas intelectuais reais sobre criação de mundos – como uma mistura impura e sempre mutável do material e do cultural – abrangeriam um panteão bastante eclético de pensadores: Cornelius Castoriadis, G.L.S. Shackle, György Márkus, Evald Ilyenkov, Marshall Sahlins, para citar apenas alguns.)

Criação de mundos nomeia o capitalismo contemporâneo como ele realmente opera: uma fusão de tecnologia, finanças, mito, religião, improvisação institucional e afeto de massa que destruiu as fronteiras organizadas entre “o econômico”, “o político”, “o cultural” e a textura íntima da vida cotidiana. O capitalismo tardio não respeitou a separação modernista de esferas; arremessou uma bola de demolição por todo o lote – algo que aponte numa longa seção sobre Fredric Jameson, que, apesar de sua proximidade com a NLR, Benanav escolheu ignorar em sua totalidade. A IA acelera a demolição, transformando os escombros em matéria-prima para novas construções.

O arcabouço de Benanav, em contraste, pressupõe que a separação pode ser restaurada – que o gênio pode ser convencido a voltar para sua respectiva lâmpada. As empresas inovam dentro de uma economia funcional; os valores são, em sua maior parte, fabricados noutro lugar e depois alimentados no aparelho alocativo dos Conselhos de Investimento como ingredientes num moedor de salsichas; a deliberação disciplina a produção a uma distância administrativa segura. O processo é coerente em seus próprios termos. É também cada vez mais incompatível com o terreno onde a legitimidade é realmente fabricada – um terreno onde o moedor de salsichas foi substituído por algo mais estranho, mais rápido e muito menos interessado em compartimentos arrumados.

Benanav intitula seu projeto “uma economia política real da tecnologia”, mas, ao folhear o inventário, encontram-se mercadorias contrabandeadas, com etiquetas de preço ainda presas, do próprio armazém que Marx passou a vida tentando incendiar: eficiência, inovação, contrapartidas – até mesmo curiosidades neoclássicas como o “problema *vintage*” e a “fronteira de produção”<sup>15</sup>.

Então, quando ele pergunta por que me recuso a fazer esse tipo de economia política, a resposta se escreve sozinha: minha leitura de Marx – parcial, talvez; falha, possivelmente – é que a tarefa era dinamitar as categorias da economia política, não as embalsamar em âmbar escolástico e colocar “realismo” na vitrine. Que um proeminente economista marxista possa empunhar esses termos como se fossem instrumentos neutros da razão, em vez de artefatos históricos marinados em salmoura capitalista, diz algo melancólico sobre o estado da tradição. As ferramentas da casa do mestre, polidas com amor e apresentadas como mobília revolucionária.

Tristemente, Benanav sabe exatamente o que está fazendo. Numa nota de rodapé de seu primeiro ensaio na NLR, ele descarta explicitamente o trabalho dos teóricos alemães da forma-valor – que argumentam que as categorias da economia política (valor, dinheiro, trabalho, a empresa) não são ferramentas analíticas neutras, mas formas historicamente específicas de dominação social capitalista, a serem abolidas em vez de reaproveitadas. Ele não menciona Moishe Postone – que repreendeu socialistas por fetichizarem a categoria “trabalho” em vez de buscar formas de transcendê-la – nem Simon Clarke<sup>16</sup>, que argumentou que as categorias da economia política não são verdades atemporais, mas expressões reificadas de relações sociais. Podemos inferir que Benanav consideraria esses trabalhos pouco práticos também. Talvez seja em nome da praticidade que ele opera com um aparato conceitual que não estaria fora de lugar num relatório do Banco Mundial.

Considere o valor que Benanav trata como mais obviamente balanceável: eficiência. Em nenhum momento ele demonstra a menor suspeita de que eficiência possa ser cultural, política ou socialmente constituída – que nomeia uma forma historicamente específica de exercer domínio racional, umbilicalmente ligada à empresa, à fábrica, à firma competitiva e ao olhar inabalável do contador. (Para um relato sociológico sólido de como pensar a eficiência de outra forma, veja o tex

<sup>15</sup> <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/b.9780631216339.1999.00004.x>

<sup>16</sup> <https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-349-21808-0>

to clássico<sup>17</sup> de Jens Beckert.) Muito pelo contrário: a eficiência surge como uma magnitude quase científica, pronta para ser medida, otimizada, maximizada e então educadamente balanceada contra outros valores.

Mas aqui está o problema. No capitalismo – e em qualquer pós-capitalismo ingênuo o suficiente para herdar sua gramática –, esses outros valores (cuidado, sustentabilidade, igualdade) são constituídos como o resto da eficiência: seu exterior, seu dano, seu colateral. Seu próprio significado é forjado nas chamadas do que a eficiência exclui. Não se pode equilibrar o que já foi subordinado no ato da definição.

Então, o que realmente significa, para as empresas sob o comando dos Conselhos de Investimento de Benanav, equilibrar eficiência, cuidado e sustentabilidade? Retire a filigrana processual e a resposta é quase tautológica: perseguir eficientemente a eficiência; perseguir eficientemente o cuidado; perseguir eficientemente a sustentabilidade – nas proporções que o *demos*, após extensa deliberação, considerar aceitáveis.

Tudo isso flui naturalmente da própria configuração de Benanav: ao amarrar a sobrevivência institucional a “restrições orçamentárias reais” e policiar a fronteira com a ameaça de intervenção, ele garante que a relação primária da empresa com a realidade permaneça sendo de economização obrigatória – isto é, que tudo o que a empresa faz, incluindo “cuidado” e “sustentabilidade”, deva primeiro passar pela grade da contabilidade de custos para se tornar visível. Sob a sombra do livro-razão de pontos, o objetivo “multicriterial” nunca é uma fuga da eficiência, mas apenas uma forma mais complexa de ser disciplinado por ela.

Assim, apesar de todas as alegações de Benanav de estar construindo uma economia multidimensional, o que emerge de sua teorização elaborada permanece decididamente unidimensional. Como saberíamos o que significa perseguir o cuidado cuidadosamente, em vez de meramente eficientemente? Ou perseguir a sustentabilidade sustentavelmente? Perseguir o cuidado sustentavelmente, ou a sustentabilidade cuidadosamente? Aqui a linguagem começa a vergar – e por boas razões: genuinamente não sabemos, porque as formas de vida das quais tais práticas poderiam emergir – o solo no qual se tornam legíveis como valores em primeiro lugar – não são sequer periféricas ao sistema de Benanav. Não têm endereço ali. Não há mecanismo para que germinem dentro de sua economia centrada na empresa. São, na melhor das hipóteses, turistas.

Seu Setor Livre pode hospedar mil experimentos entre artistas e ativistas, um carnaval de valores alternativos florescendo nas margens. Adorável. Mas, para que qualquer uma dessas flores de estufa ganhe espaço na economia funcional, elas precisam primeiro ser secas, prensadas e laminadas – tornadas comparáveis, auditáveis, comensuráveis. Simplificadas num aparato cuja língua nativa é a eficiência, porque sua forma institucional primária permanece a empresa (mesmo que Benanav amplie sua definição para incluir “todos os produtores, qualquer que seja sua escala ou estrutura”, de modo que “empresas são entendidas como

---

<sup>17</sup> [https://press.princeton.edu/books/hardcover/9780691049076/beyond-the-market?srsId=AfmBOoos7Ok332uK0u3VXwHUHl3sH6Ugfpv7WmP05dons\\_jsy7KbMqF](https://press.princeton.edu/books/hardcover/9780691049076/beyond-the-market?srsId=AfmBOoos7Ok332uK0u3VXwHUHl3sH6Ugfpv7WmP05dons_jsy7KbMqF)

instituições que reúnem pessoas... para satisfazer alguma necessidade ou desejo socialmente identificado”). A empresa: essa caixinha resistente na qual toda a criatividade do capitalismo foi um dia comprimida – e na qual Benanav agora se propõe a comprimir também a do socialismo.

Benanav ignora tudo isso. Minha crítica, ele escreve, mostra que não consigo “pensar sobre o que uma alternativa real de economia política exigiria” – fico “sem estratégia”, apenas com gestos e aspirações onde deveriam estar instituições. Mas isso pressupõe que a tarefa da teoria socialista é fazer com que um conjunto fixo de ingredientes conceituais – empresas, investimento, trabalho, orçamentos, eficiência – se una num arcabouço elegante. Se os próprios ingredientes estão comprometidos, fazê-los se encaixar não é rigor, mas escolasticismo. Não tenho desejo de ser um monge num mosteiro do século XI, reconciliando Aristóteles com as Escrituras por meio de glosas cada vez mais engenhosas. Se as categorias estão quebradas, nenhuma quantidade de artifícios institucionais as redimirá.

O que Benanav confunde com ingenuidade estratégica é, na verdade, minha recusa em galopar por um terreno filosófico que ele parece não reconhecer como traiçoeiro. Ele permanece indiferente a questões que os marxistas deram por resolvidas por bastante tempo – questões que eu esperava que uma tecnologia tão desorientadora e desestabilizadora como a IA pudesse finalmente forçá-los a reabrir. Sacudir os socialistas de seu estupor conceitual era, de qualquer forma, o que meu ensaio original se propunha a fazer.

Aqui estão algumas dessas questões: (a) a liberdade é separada da necessidade – a sobremesa que chega depois que os brócolis são comidos – ou deve ser encontrada dentro e por meio da necessidade, como uma qualidade da ação em vez de seu término? (b) a própria ação é dividida em dois modos – trabalho instrumental de um lado, todo o resto (brincadeira (*play*)<sup>18</sup>, ritual, comunicação) do outro – ou precisamos de uma concepção mais expansiva, que recuse a dicotomia como relíquia de uma ordem industrial que afirmamos estar transcendendo? E (c) como essas escolhas se articulam – como dois reinos (de necessidade e liberdade) combinados com dois modos de ação (de trabalho e não trabalho), ou sob alguma configuração inteiramente outra – e em qual interseção o socialismo deveria fincar sua bandeira?

Sobre a primeira questão, a famosa passagem de Marx no Livro III d’[Capital](#) estabeleceu os termos por mais de um século. O “reino da liberdade”, escreve Marx, “só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita”. A redução da jornada de trabalho é o “pressuposto fundamental”. Lido de uma maneira específica, isso é uma nota promissória: lide com a necessidade agora, receba a liberdade depois.

---

<sup>18</sup> O verbo to play abrange diferentes significados, desde atuar, tocar um instrumento, até jogar. A não ser nos casos em que não cabe, preferimos traduzi-lo por “brincar” a fim de manter algo da referência ao jogo, que é o uso comum no debate acadêmico, retirando, porém, o peso normativo, das regras e restrições, o que nos parece mais adequado ao propósito da discussão proposta por Morozov (N.T.).

No entanto, as próprias formulações de Marx recusam-se a se acomodar tão ordenadamente. Na mesma passagem, ele insiste que a liberdade no interior da necessidade “não pode ser mais do que o fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo (...) sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana”. O autogoverno no processo de trabalho é ele próprio uma condição da liberdade, não meramente seu prelúdio. Ao longo da tradição marxista existem leituras heterodoxas – dificilmente levianas, seja o que for que os guardiões murmurassem – que insistem que alguma liberdade já deve ser possível no interior da necessidade, mesmo que o reino pleno da liberdade exija transformação estrutural e uma religação completa do que aprendemos a necessitar.

Porém, note o que mesmo essas leituras deixam intocado: quer a liberdade venha depois do trabalho ou dentro dele, o “trabalho” em si permanece uma categoria estável – um tipo distinto de atividade, analítica e historicamente separável do descanso, da brincadeira, do cuidado, do ritual, da comunicação. O imaginário industrial emoldura o horizonte. A questão é apenas onde localizar a liberdade em relação ao trabalho; a questão de se “trabalho” nomeia um tipo coerente e trans-histórico de ação sequer chega a ser colocada. O sino da fábrica ainda toca, mesmo que o que acontece de cada lado dele seja reorganizado.

Benanav se posiciona firmemente no território dos dois reinos – e o fez explicitamente. Em seu livro [Automação e o Futuro do Trabalho](#), ele descarta pensadores que imaginaram que a distinção entre reinos poderia ser colapsada. “Aqui deixo de lado”, escreve numa nota de rodapé, “pensadores como Charles Fourier, William Morris e Herbert Marcuse, que essencialmente sugeriram que o colapso das esferas poderia ser alcançado transformando todo o trabalho em diversão. As concepções de uma única esfera do mundo pós-escassez são, na minha opinião, totalitárias e irremediavelmente utópicas (no sentido ruim do termo).”

Note a lógica. Benanav considera exatamente três pensadores que propuseram colapsar os dois reinos. Todos os três, em sua leitura, queriam transformar trabalho em brincadeira. Desta amostra de três, ele conclui que todas as concepções de um reino único são totalitárias e irremediavelmente utópicas. O silogismo é revelador: a única alternativa à partição em dois reinos que ele consegue imaginar é aquela em que a brincadeira engole o trabalho – e, como a brincadeira é leviana, tais visões devem ser ou fantasia escapista ou, de alguma forma, totalitárias. Que outras possibilidades de reino único possam existir – que trabalho e liberdade possam ser fundidos por meio de algo diferente do que a brincadeira – não parece cruzar sua mente. (Nos ensaios da NLR, Benanav institucionaliza sua equação anterior do “reino da liberdade” com o “reino do tempo livre” – um movimento que despoja a visão de Marx de sua dívida com Hegel: a concepção de liberdade como autoatualização por meio da atividade.)

Mas, aqui está o que Benanav parece não ter notado: os neoliberais chegaram lá primeiro – e foram para o outro lado. Para Hayek e Milton Friedman, não há dois reinos. O mercado não é apenas o domínio da necessidade, mas o próprio meio da liberdade (vide o título *Capitalismo e Liberdade*, de Friedman). Por

meio da escolha do consumidor, satisfazemos necessidades e moldamos identidades; por meio do empreendedorismo, inovamos e nos realizamos. A utopia neoliberal não é adiada para algum horizonte pós-escassez – ela já é discernível no presente capitalista, onde quer que o mercado opere sem entraves. Liberdade não é o que acontece depois; é a própria refeição.

Este monismo de reino único do neoliberalismo é ideologicamente monstruoso, claro. Mas, também é estrategicamente brilhante e os marxistas nunca encontraram uma resposta adequada. A resposta de Benanav é dobrar a aposta na partição de dois reinos, como se a única alternativa ao monismo de mercado neoliberal fosse um retorno à segurança de esferas separadas. Sua rejeição em nota de rodapé revela a premissa: reino único = a brincadeira substitui o trabalho = leviano = totalitário. Mas, isso exclui precisamente a questão que importa. Por que o “outro” da ação instrumental – ou podemos chamá-la de “trabalho”, “labor”, ou mesmo “poiesis” – tem que ser brincadeira (play)? Por que não práxis – ação formativa, geradora de fins, criativa, que não é nem a labuta da necessidade nem o escapismo do lazer? E se tal ação existe, por que deve ser isolada num Setor Livre, mantida seguramente longe das máquinas? E estamos corretos em pressupor uma dualidade onde, talvez, toda ação esteja prenhe de potencial criativo, de modo que um conceito único e mais expansivo nos serviria melhor?

Estas não são questões novinhas em folha importadas do pragmatismo ou da sociologia para perturbar um relato marxista de qualquer modo assentado. São as próprias questões de Marx – e ele nunca as resolveu. O próprio Marx oscilou entre as possibilidades que acabei de esboçar e a oscilação não foi um inconveniente acadêmico a ser suavizado com uma nota de rodapé. Ela marca uma bifurcação política na estrada e qual caminho você escolhe determina para que serve realmente o socialismo. Se a liberdade é essencialmente o que acontece depois – o pagamento após a maquinaria ter sido racionalizada -, então a tarefa socialista torna-se a organização eficiente da produção, com a criatividade seguramente realocada no lazer, na cultura, ou em algum horizonte pós-escassez cintilando além do fim do trabalho. Administração agora, imaginação depois. Se, no entanto, a liberdade também deve acontecer agora, dentro da necessidade, então a tarefa muda radicalmente: as instituições devem cultivar formas de ação nas quais novos fins e novos valores emergem dentro da prática materialmente mediada, não como restrições baixadas de alguma nuvem deliberativa.

Mas, há uma ambiguidade mais profunda em Marx que a questão dos reinos apenas indexa. Seu relato da própria ação – o vocabulário instável e cambiante de trabalho (*work*), labor (*labor*) (tanto abstrato quanto concreto!), atividade, práxis – é ainda menos resolvido do que seu relato de como a necessidade leva à liberdade. Trabalho (*work*) e labor (*labor*) são a mesma coisa ou diferentes? A práxis é um subconjunto do labor (*labor*) ou sua transcendência? A “atividade livre consciente” nomeia o que fazemos depois do trabalho (*work*) ou o que o trabalho (*work*) poderia se tornar? Marx nunca resolveu essas questões e nem a tradição que reivindica seu nome. A teoria dos reinos e a teoria da ação estão emaranhadas: como você traça a fronteira entre necessidade e liberdade depende do que você pensa que o fazer humano fundamentalmente é e vice-versa. Erre um e você errará ambos.

Aquilo para o qual Marx deixou espaço – e isto é crucial – foi a possibilidade de que os produtores associados, uma vez empoderados para governar sua própria atividade, possam escolher direcionar suas energias para fins outros que não o aumento da produtividade e a redução das horas de trabalho. Eles podem despejar recursos em cuidado, convivialidade, restauração ecológica ou formas de fazer que nunca se encaixam confortavelmente sob o título de “produção eficiente”. O espaço deliberativo para tais escolhas estava sempre já presente no arcabouço marxiano.

Neste sentido, as propostas de Benanav – comparadas com os fracassos do modelo soviético em vez da teoria de Marx – não são tão novas assim. Ele resolve as ambiguidades gêmeas de Marx – sobre reinos e sobre ação – de uma maneira característica e reveladora. Assim, Benanav espacializa o que é, em Marx, em parte temporal e conceitual. O gradiente de dois reinos é achatado num mapa de zoneamento. A Economia Funcional lida com a produção multicriterial sob restrições vinculantes; o Setor Livre provê um “espaço estruturado” para a vida política, cultural e associativa, explicitamente ligado a um “reino de liberdade para além da necessidade econômica”. E a teoria da ação é resolvida por decreto: dentro das empresas, a racionalidade instrumental reina; os Conselhos de Investimento, em contraste, são os oásis da racionalidade comunicativa.

Neste ponto, a semelhança familiar com o jovem Habermas torna-se impossível de ignorar – uma semelhança da qual o próprio Benanav parece inconsciente. Habermas tentou resgatar o marxismo cindindo dois modos de racionalidade com um machado: ação instrumental e estratégica (os sistemas da economia e administração, permeados pela racionalidade tecnológica) de um lado; ação comunicativa (o material das normas, públicos, deliberação) do outro. Esta dicotomia repousa numa distinção prévia que Habermas faz entre trabalho e interação.

Este é também exatamente o ponto onde Habermas foi atacado – e não apenas por críticos hostis afiando facas do outro lado do corredor, mas por estudantes, aliados e teóricos inicialmente simpáticos<sup>19</sup> que esperavam algo mais. A queixa nunca foi que a ação proposital importa menos que o discurso; foi que o fazer socialmente mediado não pode ser exaurido pelo binário “controle meios-fim” versus “justificação discursiva”. O mundo não está limpidamente dividido entre técnica muda e deliberação eloquente<sup>20</sup>. Existem formas de prática incorporada, mediada por ferramentas, inventiva<sup>21</sup>, que geram normas sem ser meramente comunicativas ou meramente confinadas à fábrica. Uma teoria da ação com inflexão pragmatista leva adiante: a criatividade é interna à ação como tal, tramado em seu tecido, não uma propriedade especial reservada ao discurso, à arte ou aos setores sandbox da economia. (O sociólogo Hans Joas<sup>22</sup> é a referência<sup>23</sup> canônica aqui.)

---

<sup>19</sup> <https://www.suhrkamp.de/buch/arbeit-handlung-normativitaet-t-9783518279212>

<sup>20</sup> <https://link.springer.com/book/10.1007/978-94-009-4574-6>

<sup>21</sup> <https://www.suhrkamp.de/buch/johann-p-arnason-praxis-und-interpretation-t-9783518580721>

<sup>22</sup> <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=19929>

<sup>23</sup> <https://www.wiley.com/en-us/The+Creativity+of+Action-p-9780745617718>

Benanav repete, talvez inconscientemente, a aposta de Habermas e constrói uma economia inteira em torno dela. Em sua monumentalidade e ambição sistemática, seu aparato teórico não se assemelha a nada tanto quanto a uma inesperada sequência de A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas – uma que finalmente a especifica como a economia keynesiana realmente funcionaria uma vez que as condições para a situação ideal de fala tivessem sido asseguradas. Benanav, com efeito, produziu uma teoria perfeita para governar a Alemanha dos anos 1970. Isto não é uma conquista menor. Mas, é uma conquista cujo momento passou.

Pois, exatamente como Habermas, Benanav não pode dar conta de formas de ação que não são nem instrumentais nem comunicativas. O binário não admite terceiro termo. Habermas, quando pressionado, desviou tais possibilidades para o domínio estético – seu equivalente da “brincadeira” (play) de Benanav. Em seu debate inicial<sup>24</sup> com Marcuse sobre tecnologia e emancipação, Habermas foi ao ponto de afirmar que qualquer tecnologia que dá suporte a formas não-instrumentais de ação pertencia ao reino romântico da poesia e do misticismo, em vez da ciência – um decreto posto por uma definição que excluía de antemão o que não podia teorizar. (É precisamente este decreto que meu próprio trabalho recente<sup>25</sup> sobre inteligência ecológica<sup>26</sup> procurou contestar. Benanav, aparentemente, não consegue discernir seu significado.)

O resultado é um processo familiar em duas etapas, apresentado com uma nova roupagem institucional: otimize a ação instrumental sob múltiplos critérios, crie fóruns deliberativos onde os trabalhadores possam debater e autogovernar-se e, mais cedo ou mais tarde – uma vez que a maquinaria começou a zumbir e as horas encurtam –, a liberdade chegará. Benanav problematiza os aspectos deliberativos mais do que a maioria; concedo-lhe isso. Mas, o esquema básico permanece intacto. A sala de máquinas recebe ordens da sala de reuniões, que recebe ordens da câmara municipal. Uma cadeia de comando arrumada, se você não olhar muito de perto para os elos – ou perguntar se a própria maquinaria pode estar fazendo algo diferente do que receber ordens.

Se você separar a questão do reino da questão da ação, os compromissos subjacentes saltam a primeiro plano. A grade abaixo – todas as cunhagens são minhas – mapeia o terreno:

---

<sup>24</sup> <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788539305803,tecnica-e-ciencia-como-ideologia>

<sup>25</sup> <https://www.sense-of-rebellion.com/>

<sup>26</sup> <https://www.bostonreview.net/forum/the-ai-we-deserve/>



O que importa para as apostas polêmicas é o que esta grade revela. Benanav planta o socialismo firmemente no quadrante superior esquerdo (“Lida Doméstica Socialista”): o assentamento de dois reinos e a ação dual. Sistemas orientados a fins aqui, normatividade ali. Necessidade e liberdade em salas separadas, comunicando-se por memorando. É uma posição defensável – Habermas a defendeu –, mas, mesmo assim, é uma posição, não uma descrição neutra de como as coisas devem ser.

Sem uma teoria da ação, Benanav é cego ao quadrante “Criação de Mundos”. Toda a sua insatisfação é desviada para o “Produtivismo Lúdico” – a única saída que seu quadro consegue encontrar. No entanto, é precisamente no terreno da Criação de Mundos que o neoliberalismo aprendeu a fabricar sua legitimidade. Não prometendo que a liberdade vem depois, uma vez que as contas estejam pagas e o planejamento esteja completo, mas oferecendo uma sensação vivida, agora mesmo, hoje, de que a restrição pode ser um meio de criação, experimentação e autoconstituição. A promessa é frequentemente fraudulenta. A distribuição é grotescamente desigual. Mas, a experiência é potente – e potência, em política, não é pouca coisa.

A IA não inventa essa mudança; ela a intensifica, a miniaturiza, democratiza a sensação dela. A IA capitalista – e ainda não conhecemos nenhum outro tipo – é o mecanismo de entrega mais poderoso já concebido para a sensação de que suas restrições (que hoje podem até assumir a forma de tokens de LLM) são sua tela. Minha aposta ousada é que os problemas teóricos colocados pela IA ao seu próprio projeto podem eventualmente forçar os socialistas a notar o quadrante Criação de Mundos e, talvez, até mesmo recuperá-lo dos neoliberais.

Uma vez que o campo de batalha fica nítido, a leitura de Benanav do Debate sobre o Cálculo Socialista se revela pelo que é: um homem chegando para uma

briga de facas com uma régua de cálculo. Ele escreve como se o debate ainda estivesse congelado no momento von Mises-Hayek-Lange-Neurath dos anos 1930 – uma disputa de cavalheiros sobre se as instituições socialistas poderiam replicar a capacidade do mercado de alocar recursos escassos eficientemente sob restrição. Esse é precisamente o quadro no qual Conselhos de Investimento e procedimentos de contrapartidas (trade-offs) parecem um xeque-mate. O problema é: o jogo avançou enquanto Benanav ainda estava polindo suas peças.

No final do século XX, os neoliberais mais astutos já tinham mudado completamente de esporte. Não oferecendo mais uma prova de que os mercados calculam melhor – esse disco já estava arranhado –, mas redescrevendo para que servem os mercados: um sistema de regras que possibilita experimentação delimitada sem qualquer objetivo “externo” (eficiência menos que todos) contra o qual todo o aparato pudesse ser avaliado. Os economistas James Buchanan e Viktor Vanberg, numa provocação<sup>27</sup> seminal de 1991, apropriadamente intitulada “O Mercado como um Processo Criativo”, comprimiram o movimento num parágrafo que merece ser tatuado no antebraço de todo socialista ainda digladiando com o fantasma de Hayek:

A economia de mercado... nem maximiza nem minimiza coisa alguma. Ela simplesmente permite que os participantes persigam aquilo que valorizam, sujeitos às preferências e dotações dos outros e dentro das restrições de “regras do jogo” gerais que permitem e fornecem incentivos para que indivíduos experimentem novas maneiras de fazer as coisas. Simplesmente não há um objetivo “externo”, independentemente definido, contra o qual os resultados dos processos de mercado possam ser avaliados.

Lido cuidadosamente, isto não é um argumento sobre eficiência tanto quanto uma recusa em jogar no campo da eficiência. Os fins não são dados; o alvo não está ali sentado esperando para ser atingido; o futuro é gerado por meio de tentativa, erro, aprendizado e surpresa institucionalizada sob restrição. A alocação não desaparece – ela é rebaixada, de chave-mestra filosófica a uma restrição entre outras dentro de uma alegação maior sobre liberdade. O que legitima o capitalismo, nesta narrativa, não é a elegância com que distribui bens, mas o laboratório que fornece – o mercado como infraestrutura política e devaneio coletivo – para a autodescoberta e reinvenção individual.

O movimento desarma preventivamente fantasias de planejamento, alimentadas por IA ou não. A onisciência do planejador perfeito, por mais benevolente que seja, é irrelevante quando os bens ainda não existem na cabeça de ninguém. Buchanan e Vanberg:

A onisciência, claro, asseguraria acesso a todo e qualquer conhecimento; a benevolência poderia ser tal que correspondesse precisamente à função objetivo com tudo aquilo que os indivíduos desejam. Mas, mesmo o planejador assim idealizado não pode criar aquilo que não está lá e não estará lá a não ser por meio

---

<sup>27</sup> <https://www.cambridge.org/core/journals/economics-and-philosophy/article/abs/market-as-a-creative-process/4A62A60230535D4A8553A7C26A184F56>

do exercício das escolhas criativas dos indivíduos, que eles próprios não têm ideia antecipada sobre as ideias que suas próprias imaginações produzirão.

Não é à toa que Buchanan acabou escrevendo ensaios<sup>28</sup> sobre “devir” e mencionando o filósofo-matemático Alfred North Whitehead – o mesmo Whitehead a quem Deleuze, de todas as pessoas, chamou de “o último grande filósofo anglo-americano”. A genealogia intelectual do Debate sobre o Cálculo Socialista é mais estranha do que Benanav, examinando os textos dos anos 1930, parece perceber. Ontologia do processo, devir sobre ser, a irredutibilidade da novidade criativa – isso não era Paris em 68, mas teoria da escolha pública em Blacksburg, Virgínia. A direita estava lendo filosofia do processo enquanto a esquerda ainda depurava suas tabelas de insumo-produto. (O filósofo John O’Neill, cujo trabalho<sup>29</sup> informa muito o relato de Benanav sobre o Debate sobre o Cálculo Socialista, de fato notou o artigo de Buchanan-Vanberg e a tendência “subjativista radical” mais ampla que ele representava; no entanto, ele o descartou como sendo de pouca relevância para a economia. Isso certamente pode ser verdade, mas a relevância verdadeira daquele projeto sempre esteve na política.)

Essa guinada pós-hayekiana é o que Benanav mal registra – se é que a registra. O neoliberalismo, em suas reiteraões mais astutas, parou de defender o mercado como um motor de alocação ou mesmo de processamento de informação e começou a comercializá-lo como uma ponte entre necessidade e liberdade. Liberdade exercida dentro da necessidade, através da restrição, na forma de projetos, experimentos, autocriação sob regras. O empreendedorismo despiu seu terno de flanela cinza como técnica meio/fim e emergiu, piscando sob o sol da Califórnia, como o nome para ação proposital que também gera fins. O Debate sobre o Cálculo Socialista, em outras palavras, foi suprimido – “Aufgehoben”, elevado e cancelado, todo o dois-passos vindos de Hegel – por neoliberais que odiavam Hegel, não pelos marxistas admiradores de Hegel que deveriam ter visto o movimento chegar.

E é aqui que a herança fábrica-empresa do marxismo estilo Benanav volta a cambalear para o palco, arrastando sua bagagem industrial. Castoriadis, o filósofo greco-francês heterodoxo e um ex-funcionário da OCDE, observou<sup>30</sup> certa vez que o marxismo ortodoxo lê toda a história humana “como uma série de tentativas cada vez menos imperfeitas de alcançar aquela perfeição final, a fábrica capitalista”. Benanav oferece precisamente essa estrutura em forma recém-lavada: mais verde, mais democrática, multicriterial – e ainda assim fabríco-cêntrica até os ossos. A empresa permanece o recipiente privilegiado da ação proposital e da inovação, o único vaso resistente o suficiente para conter trabalho sério. Todo o resto é relegado a uma margem cultural – uma estufa onde valores podem germinar, mas devem eventualmente ser transplantados para o solo empresarial, traduzidos para a gramática de objetivos e resultados esperados, antes que alguém os regue.

---

<sup>28</sup> <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/44/5/1159/5897724?redirectedFrom=fulltext&login=false>

<sup>29</sup> <http://routledge.com/The-Market-Ethics-Knowledge-and-Politics/ONeill/p/book/9780415154222>

<sup>30</sup> CASTORIADIS, Cornelius. A sociedade à deriva. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

A IA é a primeira tecnologia em uma geração que desestabiliza essa herança no nível da possibilidade cotidiana. Ela torna a empresa menos autoevidente como unidade de criatividade; ela borra a linha entre *poësis* e *práxis*<sup>31</sup> até que os guardas de fronteira não consigam dizer quem está vindo ou indo; ela transforma a prática mediada por ferramentas num meio de formação de fins, não apenas de perseguição de fins. Nesse sentido, a IA força o marxismo a confrontar o que há muito tempo adia com a diligência de um estudante de pós-graduação evitando sua tese: O que as instituições devem *fazer* com a ação não instrumental? Como valorizá-la – com tempo, recursos, reconhecimento, suportes duráveis – sem espremê-la de volta na mesma gramática empresarial, arquivando-a sob “objetivo” e atribuindo-lhe um indicador-chave de desempenho?

Os neoliberais, sem o conhecimento da maioria dos marxistas, têm minerado este terreno por décadas – usando suas picaretas enquanto a esquerda estava ocupada cuidando de suas notas de rodapé. É aqui que o Vale do Silício importa: não como uma anedota colorida, não como o mais recente circo capitalista para contemplar, mas como o aparato prático que transforma a redefinição neoliberal em experiência vivida. Mercados como infraestruturas de autocriação não são mais meramente argumentos em salas de seminário e boletins libertários; eles são tecnologizados, empacotados e colocados nas mãos dos usuários com a facilidade sem atrito de uma atualização de software.

A IA generativa é o mecanismo de entrega mais íntimo dessa promessa – ela comprime a distância entre intenção e execução até que a lacuna pareça menos um abismo do que uma rachadura na calçada e faz a restrição parecer mais um meio de invenção do que seu inimigo. Quando alguém inicia uma ferramenta como Claude Code – o agente de IA da Anthropic operando no terminal que escreve códigos funcionais a partir de comandos em linguagem natural – para prototipar um projeto, essa pessoa não está brincando em alguma oposição higienizada ao trabalho; está agindo num modo que dissolve a fronteira entre necessidade e liberdade como açúcar em água quente. A atividade é séria, incorporada na restrição, atada ao real – e, ainda assim, experimentada como criação de mundos. Esse coquetel é potente e fingir o contrário é o tipo de *wishful thinking* que custou à esquerda mais do que algumas rodadas.

Isto não é uma defesa do Vale do Silício. Deus sabe que aquele lugar precisa de menos animadores de torcida e com certeza eu estou mal-posicionado para fazer um teste para esse papel. É um diagnóstico de porquê sua promessa tem pegada – e por que um socialismo que responde com “os conselhos deliberarão” chega com toda a força sedutora de um formulário de imposto. O propósito não aparece por votação, como uma encomenda do almoxarifado municipal. Você não se define como uma forma de vida por meio da deliberação. Você a encena; você a descobre; você a habita; você luta por ela; você se torna capaz dela. A carroça processual não pode preceder o boi existencial.

E este é o ponto que o design de Benanav não consegue alcançar, não importa quantos critérios ele empilhe no painel. Seu aparato é primorosamente construído para adjudicar contrapartidas (trade-offs) – um relógio suíço da

---

<sup>31</sup> <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/072551368601500103>

deliberação socialista, cada engrenagem no lugar. Mas, contrapartidas (trade-offs) não são um dado ontológico, transmitido do alto da montanha. O que conta como “escasso”, o que conta como “recurso”, o que conta como “uso concorrente” – estes são significados historicamente produzidos antes de se tornarem insumos numa função de investimento. Eles chegam pré-mastigados pelo mundo que os tornou pensáveis. Às vezes o ato mais radical não é escolher entre duas opções com a sabedoria de Salomão, mas tornar a escolha irrelevante ao criar um terceiro mundo no qual o dilema não mais se aplica (já mencionei que marxistas deveriam ler mais Hegel?). É isso que a criação de mundos nomeia: a capacidade de gerar novas possibilidades, novas práticas, novos fins – em vez de aperfeiçoar a governança das finalidades existentes sob escassez, como um senhorio muito esclarecido otimizando a arrumação das espreguiçadeiras.

Devo confessar que tenho uma participação autobiográfica aqui, então deixe-me colocar minhas cartas na mesa antes que alguém o faça com menos caridade. Eu vivi este arco. Houve um tempo – parece uma era geológica anterior agora – em que eu tratava o Debate sobre o Cálculo Socialista como recuperável, uma competição que a esquerda ainda poderia vencer se apenas construíssemos melhores mecanismos de coordenação, ferramentas de planejamento mais brilhantes, matrizes mais elegantes. A fantasia do socialismo como uma planilha superior. Em 2020, a ficha caiu. O problema mais profundo não era de maquinaria faltante; era uma confusão sobre os dois reinos e uma teoria da ação correspondente – sobre como instituições cultivam capacidades transformativas em vez de meramente distribuir fardos e adjudicar contrapartidas com a solenidade de um tribunal de divórcio.

Benanav, naturalmente, aproveita esta oportunidade. Ele me acusa de apontar para “características desejáveis de um futuro socialista sem qualquer relato das instituições capazes de sustentar a experimentação local ou coordenar a transformação coletiva.” O homem quer plantas baixas; eu lhe entreguei um painel de inspiração. Justo, até certo ponto. Mas, note o que a acusação pressupõe: que as plantas baixas são o que importa, que a construção institucional é o trabalho sério e que qualquer um que se recuse a atuar como arquiteto está meramente acenando da arquibancada.

Minha relutância em ligar os pontos que Benanav teve tanto orgulho em ligar não foi preguiça ou descuido. Foi o reconhecimento nascente de que isto é principalmente uma perda de tempo: por que se exaurir tentando vencer uma versão dos anos 1930 do debate quando o campo neoliberal já suprimiu todo o assunto e avançou para pastos mais verdes? Benanav me repreende por mergulhar na cibernética e por elogiar o socialismo digital de Saros – programas de pesquisa que ele descarta como “esgotados” ou “mal-adaptados à tarefa”. Ele pode até estar certo. Mas, a lição que tirei desses desvios não foi que eu precisava me esforçar mais no design de mecanismos. Foi que o design de mecanismos, por mais primorosamente executado que seja, não pode responder à questão que realmente precisa ser respondida.

Ainda é onde estou em 2026, mesmo tendo eventualmente resolvido muitos dos quebra-cabeças com os quais lutei ao escrever o texto na NLR<sup>32</sup> a que Benanav faz referência. As soluções simplesmente acabaram importando menos do que eu esperava – menos do que Benanav ainda espera que as suas próprias importarão.

E é precisamente por isso que a resposta de Benanav – tão determinada a provar que ele tem um mecanismo para cada objeção, um procedimento para cada queixa, como um homem remendando freneticamente vazamentos num navio cujo casco já está submerso – só fortalece meu diagnóstico. Ele quer saber onde estão meus Conselhos de Investimento, meus comitês de coordenação setorial, meus mandatos de cinco anos. Eu quero saber onde está seu argumento de legitimidade; suas teorias do desejo, ação ou ideologia; sua explicação de como qualquer coisa disso se torna algo pelo qual as pessoas lutariam, em vez de meramente aceitar ou tolerar. Quanto mais abrangente a maquinaria, mais conspícua a ausência que aquela foi construída para ocultar.

---

<sup>32</sup> <https://newleftreview.org/issues/ii116/articles/evgeny-morozov-digital-socialism>